



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125459 - CE (2020/0078740-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : FRANCISCO JOSENILDO MOURA SILVA (PRESO)
ADVOGADOS : CARLOS AUGUSTO DE OLIVEIRA SANTIAGO JUNIOR -
CE032299
ITALO MILO GABRIEL ALVES MARTINS - CE030138
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
CORRÉU : MILENA DA SILVA FERREIRA
CORRÉU : LINDOBERTO SILVA DE CASTRO
CORRÉU : RAIMUNDO GOMES DA SILVA FILHO
CORRÉU : FRANCISCO WILLIAN SOUSA GOMES
CORRÉU : EDNILDO SILVA OLIVEIRA
CORRÉU : JOSE CARLOS ALVES DA SILVA
CORRÉU : ANTONIO ROBSON MACIEL RODRIGUES
CORRÉU : JOSE LINDOMAR GONCALVES DA SILVA
CORRÉU : LUIS MAGNO SANTOS SILVA
CORRÉU : FRANCISCA NEILA REIS DE SOUSA
CORRÉU : JOICIANE CORDEIRO DA SILVA
CORRÉU : IAGO DO NASCIMENTO
CORRÉU : JONAS DAVID MONTEIRO DOS SANTOS
CORRÉU : JOSELMAR DA SILVA COSTA
CORRÉU : JEORGE SOUSA DA SILVA
CORRÉU : DAMIAO DA SILVA
CORRÉU : ZENILDA FELIX MONTEIRO
CORRÉU : MARIA LIZIANE DE SOUZA CARNEIRO
CORRÉU : BETHANIA PRISCILA FERREIRA DE MENDONCA
CORRÉU : JOAO BATISTA DE SOUSA FILHO
CORRÉU : ALTEMIR NOBRE DOS SANTOS
CORRÉU : CICERO DANILO MENDONCA NASCIMENTO
CORRÉU : FELIPE VIEIRA DE LIMA

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por FRANCISCO JOSENILDO MOURA SILVA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no julgamento do HC n. 0620804-97.2020.8.06.0000.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi denunciado, juntamente com outros agentes, pela prática, em tese, dos crimes dispostos no art. 2º, *caput* e §§2º e 4º, I, todos da Lei n. 12.850/13; arts. 33 e 35 da Lei n.11.343/2006; e art. 1º, §§ 1º, II, e 4º, da Lei n. 9.613/98, em concurso material. A prisão preventiva do recorrente foi decretada em 16/02/2019, na ocasião do recebimento da denúncia. O mandado foi

cumprido em 14/03/2019.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. TRAFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO CAUTELAR. NEGATIVA DE AUTORIA. IMPRESCINDIBILIDADE DO PACIENTE PARA CUIDADOS DOS FILHOS MENORES TESES JÁ JULGADAS. FALTA DE CONTEMPORANEIDADE. INOCORRÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO. TRAMITAÇÃO REGULAR. AUDIÊNCIA PRÓXIMA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E DENEGADA.

1. Aponta o impetrante constrangimento ilegal, haja vista ausência de fundamentação do decreto preventivo, negativa de autoria, imprescindibilidade do paciente para cuidado dos filhos menores, falta de contemporaneidade dos fatos e excesso de prazo na formação da culpa.

2. No que toca à falta de fundamentação do decreto preventivo cabe destacar que a presente tese foi objeto do *habeas corpus* nº 0625462-04.2019.8.06.0000, o qual foi julgado por esta 1ª Câmara Criminal, em 09/07/2019, tendo a ordem sido conhecida e denegada configurando, portanto, a existência de coisa julgada. De igual modo as teses de negativa de autoria e de imprescindibilidade do paciente para os seus filhos menores já foram objeto do *habeas corpus* sob nº 0631806-98.2019.8.06.0000, julgado em 03.12.2019, já tendo havia o enfrentamento da matéria por este e. Corte.

3. Com relação à suposta ausência de contemporaneidade dos fatos, ao contrário do que a defesa quer fazer crer, observa-se que no período de 2015 e 2016, foram realizadas interceptações telefônicas relativas à "Operação Piranji", que visava investigar atuação de organização criminosa com participação em diversos crimes na cidade de Cascavel-Ce, contudo no decorrer da investigação criminal constatou-se que os fatos eram mais amplos e complexos fazendo-se necessário apurar a organização liderada por Marciano do Nascimento Alves.

4. Desta forma, foi instaurado procedimento investigatório pelo Ministério Público em 28/01/2019, para apurar o Grupo de Marciano, denominada "Operação Piranji II", tendo sido decretada a prisão preventiva do paciente e mais 23 acusados, a fim de evitar a reiteração criminosa da organização na região em decorrência do tráfico de drogas. Assim, a dificuldade de apuração de delitos deste jaez, após minuciosa investigação, não pode ser utilizada em benefício dos envolvidos como pretexto para ausência de contemporaneidade do decreto cautelar.

5. Quanto ao excesso de prazo, observa-se pela cronologia da realização dos atos processuais, que em que pese a redesignação da data para o início da instrução,

tem-se que o processo encontra-se com tramitação regular, uma vez que trata-se de processo complexo com pluralidade de acusados (23 réus), com expedição de carta precatória, possuindo advogado distintos e a interposição de vários incidentes processual, contudo verifica-se foi designada audiência de instrução e julgamento para data próxima, ou seja, 15/04/2020 às 14 hs e 05, 06, 07 e 11 de maio de 2020 às 9 hs, desta forma verifica-se que não há desídia por parte do Estado/Juiz na condução do processo, não restando caracterizado o excesso de prazo na formação da culpa.

6. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA e nesta extensão, DENEGADA (fls. 1.912/1.913).

No presente recurso, sustenta, inicialmente que não há provas de que o recorrente integre a referida organização criminosa.

Alega excesso de prazo na formação da culpa e aduz que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, e que estaria baseado apenas no gravidade abstrata dos delitos.

Aponta as condições favoráveis do acusado, não havendo nada que desabone a sua conduta. Diz que o recorrente tem 4 filhos, inclusive uma criança de colo, que dependem de seu sustento.

Pondera a ausência de contemporaneidade entre os fatos apurados e a decretação da segregação cautelar.

Diz ser cabível, no caso dos autos, a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas da prisão, dispostas no art. 319 do CPP.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ainda que mediante imposição de medidas cautelares menos gravosas. Subsidiariamente, pleiteia pela concessão da prisão domiciliar.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Além do mais, confundindo-se com o mérito, a pretensão será analisada mais detalhadamente na oportunidade de seu julgamento definitivo, após as informações devidamente prestadas, bem como da manifestação do *Parquet* Federal.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for

o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator